



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

***Relatório e Contas***



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Índice**



## Índice

<u>1. Introdução.....</u>	<u>6</u>
<u>2. Organização do Município.....</u>	<u>9</u>
<u>2.1 - Assembleia Municipal.....</u>	<u>9</u>
<u>2.2 - Câmara Municipal.....</u>	<u>9</u>
<u>3. Participações do Município.....</u>	<u>13</u>
<u>3.1 - Participações Societárias.....</u>	<u>13</u>
<u>3.2 - Entidades Não Societárias.....</u>	<u>15</u>
<u>4. Endividamento.....</u>	<u>19</u>
<u>5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....</u>	<u>24</u>
<u>6. Análise Económico-Financeira.....</u>	<u>26</u>
<u>6.1 - Balanço.....</u>	<u>26</u>
<u>6.2 - Demonstração de Resultados.....</u>	<u>28</u>
<u>7. Análise Orçamental.....</u>	<u>31</u>
<u>7.1 - Execução Global do Orçamento.....</u>	<u>31</u>
<u>7.2 - Modificações e Revisões ao Orçamento.....</u>	<u>33</u>
<u>7.3 - Execução do Orçamento da Receita.....</u>	<u>36</u>
<u>7.4 - Execução do Orçamento da Despesa.....</u>	<u>39</u>
<u>7.5 - Grandes Opções do Plano.....</u>	<u>43</u>
<u>7.6 - Serviço da Dívida.....</u>	<u>45</u>
<u>7.7 - Estrutura Orçamental – Rácios.....</u>	<u>46</u>
<u>7.8 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....</u>	<u>47</u>
<u>8. Anexos às Demonstrações Financeiras.....</u>	<u>51</u>
<u>Introdução.....</u>	<u>51</u>
<u>8.1 - Caracterização da Entidade.....</u>	<u>52</u>
<u>8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....</u>	<u>55</u>
<u>8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....</u>	<u>67</u>
<u>9 - Informações.....</u>	<u>69</u>
<u>9.1 - Redução dos pagamentos em atraso.....</u>	<u>69</u>
<u>9.2 - Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).....</u>	<u>69</u>



<u>9.3 - Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM).</u>	<u>69</u>
<u>Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade.....</u>	<u>72</u>
<u>Anexo 2 - Execução do Programa de Apoio à Economia Local.....</u>	<u>73</u>
<u>Anexo 3 - Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março.....</u>	<u>74</u>
<u>Anexo 4 - Organograma.....</u>	<u>75</u>
<u>Anexo 5 - Mapa do Ativo Bruto.....</u>	<u>76</u>
<u>Anexo 6 - Mapa das Amortizações.....</u>	<u>77</u>
<u>Anexo 7 - Demonstração dos Resultados Financeiros.....</u>	<u>78</u>
<u>Anexo 8 - Demonstração dos Resultados Extraordinários.....</u>	<u>79</u>
<u>Anexo 9 - Declaração de Responsabilidade.....</u>	<u>80</u>



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Introdução**



## 1. Introdução

Com o Relatório de Gestão que agora se apresenta, pretende-se efetuar uma análise ao Município de Vale de Cambra no ano de 2015, designadamente ao nível da sua gestão, considerando essencialmente aspetos contabilísticos, económicos e financeiros.

Aquela análise tem por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP's) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2014.

Também se apresentam informações que possuem os seus alicerces em documentos contabilísticos que possuem um carácter predominantemente patrimonial, como é o caso de documentos essenciais como o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Fluxos de Caixa, entre outros.

Assim, os indicadores de gestão relacionados tanto com a receita como com a despesa são objeto de explicitações pormenorizadas no presente relatório.

Relativamente à estrutura da primeira, e concretamente, efetuam-se análises quanto aos seus aspetos globais, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. No que concerne à despesa, os critérios de apresentação seguem caminhos semelhantes aos utilizados aquando da apresentação da receita. Ainda assim, procede-se à adição de análises mais detalhadas e referentes à desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas que constituem o Plano Plurianual de Investimentos.

Efetua-se também uma comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, tendo em vista proceder ao apuramento do valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2016, procedendo sempre de acordo com a legislação em vigor.

Para cumprimento do desiderato essencial do presente relatório – informação coerente, útil e fiável, o relato das contas do Município de Vale de Cambra dispõe-se em mais oito pontos, que se juntam à presente introdução:

O primeiro ponto relativo à organização do município, ao nível da Assembleia Municipal e



da Câmara Municipal;

No segundo ponto são analisadas as participações do município no que diz respeito às participações societárias e às entidades não societárias;

O endividamento e suas implicações é devidamente explicado no terceiro ponto;

No quarto ponto é efetuada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício, de acordo com o preceituado na Lei;

A análise económico-financeira está remetida para o quinto ponto, com a apresentação e apreciação do balanço e da demonstração de resultados;

No sexto ponto é efetuada a análise orçamental, com apreciação das execuções orçamentais da receita e da despesa, do serviço da dívida, a apresentação de rácios e o resumo dos fluxos de caixa.

O sétimo ponto é dedicado aos anexos às demonstrações financeiras e, finalmente, apresentam-se informações relevantes diversas no oitavo ponto.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2015 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Organização do Município**





## 2. Organização do Município

### 2.1 - Assembleia Municipal

Conforme o estipulado pela legislação em vigor, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

- Rui Manuel Martins de Almeida Leite - Presidente
- Jorge Manuel dos Santos Silva - 1.º Secretário
- Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira - 2.º Secretário

### 2.2 - Câmara Municipal

Em conformidade com a legislação em vigor, a Câmara Municipal tem a seguinte constituição:

PRESIDENTE

*José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva*

*Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro*

- Obras Municipais:
  - Empreitadas
  - Obras por Administração Direta
- Proteção Civil
- Juntas de Freguesia
- Ordenamento do Território
- Estudos e Projetos
- Informação Geográfica
- Gestão de Candidaturas
- Indústria
- Empreendedorismo e Apoio ao Emprego
- Imprensa e Relações Públicas
- Turismo
- Toponímia



- Rede Viária, Trânsito e Sinalização
- Manutenção de Equipamentos Municipais
- Segurança dos Equipamentos Municipais
- Ambiente:
  - Águas e Saneamento
  - Jardins e Espaços Verdes
  - RSU
  - Proteção Florestal
  - Ruído

#### VEREADORES

António Alberto Almeida de Matos Gomes

*Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro*

- Administração e Finanças
- Património Imobiliário
- Expropriações
- Execuções Fiscais
- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Gestão Cemiterial
- Comércio, Mercados e Feiras
- Obras Particulares
- Sanidade Animal e Pecuária
- Iluminação Públicas
- Gestão de Viaturas

Maria Catarina Lopes Paiva

*Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro*

- Ação Social
- Educação
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares
- Informática



- Modernização Administrativa/Qualidade
- Núcleo de Atas
- Recursos Humanos
- SAM
- Saúde

Daniela Sofia Paiva da Silva

*Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro*

- Associativismo
- Cultura
- Desporto
- Equipamentos Culturais e Desportivos
- Juventude
- Património e Museus
- Metrologia
- Defesa do Consumidor

José António Bastos da Silva *(sem pelouro atribuído)*

Elisabete Soares Moreira da Rocha *(sem pelouro atribuído)*

Nelson da Silva Martins *(sem pelouro atribuído)*



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Participações do Município**



### 3. Participações do Município

#### 3.1 – Participações Societárias

O Município de Vale de Cambra detém participações sociais nas empresas e outras entidades discriminadas nos quadros abaixo e pelos valores neles expressos.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFAL) passam a entrar no perímetro de consolidação deste Município a Ersuc e a Muncípia, como entidades societárias.

Pese embora o Município de Vale de Cambra não apresente contas consolidadas, estas participações devem ser contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Entidades participadas valorizadas pelo MEP:

Un.: Euros (€)					
DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2014	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2015
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.	0,00	49%	-1 092 363,99	-1 580 959,06	-488 595,07
Muncípia – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	25 845,12	0,77%	3 317 510,82	3 352 799,46	35 348,66
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	701 583,60	1,13%	62 567 543,00	61 941 944,00	2 010 199,00

É necessário ter em consideração que os valores dos Capitais Próprios da Ersuc apresentados são os valores reexpressos, conforme consta do Relatório e Contas de 2015 desta Entidade, diferentes dos que constavam no Relatório e Contas de 2014.

Importa salientar que as contas da VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra,SA, e as contas da Associação de Municípios Terras de Santa Maria não se encontram aprovadas à data da elaboração deste Relatório.



## Impacto da aplicação do MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2014	AJUSTAMENTOS DE CAPITAL	GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.	0,00	-1 380,84	-	239 412,55	0,00
Municipia – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	25 573,10	-0,46	272,48	-	25 845,12
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	207 070,25	471 744,89	22 768,46	-	701 583,60

## Valorização ao custo histórico:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20 500 000,00	3 895,00	0,02%
Primus – Promoção, Desenvolvimento Regional EMT, S.A.	163 098,00	100,00	0,06%

O Conselho Metropolitano do Porto, na sua reunião de 30 de Outubro de 2015, decidiu aprovar, por unanimidade, o início dos procedimentos legais para a dissolução da Primus e para a internalização dos seus serviços técnicos na Área Metropolitana do Porto.

Em Assembleia Municipal de 26 de Julho de 2013 foi proposta e aprovada a extinção da Concessão com a VCP - Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A. (VCP). Esta deliberação foi enviada ao Tribunal de Contas para visto, que solicitou esclarecimentos, tendo culminado com a determinação em sessão de 29 de dezembro de 2014, pelo cancelamento de reabertura do processo inerente ao acordo de extinção da parceria e a revogação do Contrato de Concessão, execução e Exploração do Parque de



estacionamento Subterrâneo e de Superfície de Vale de Cambra, no valor total de €5.664.918,00.

Em 2015, veio a VCP, através de ofício datado de 13 de março, requerer a constituição de tribunal arbitral, “com vista à submissão a tal Tribunal do diferendo relativo à situação de desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão”.

Aguarda-se, no momento de elaboração do presente Relatório, decisão relativa a este processo.

Não obstante, as Demonstrações Financeiras a 31/12/2015 aplicam o método da equivalência patrimonial (MEP), retratando a quota parte do Capital Próprio da participada VCP nos Investimentos Financeiros do Município.

### 3.2 - Entidades Não Societárias

O impacto da aplicação do MEP à Associação de Municípios Terras de Santa Maria (AMTSM) pode ser apresentado da seguinte forma:

Valorização pelo MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2014	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2015
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	774 741,14	20%	4 128 163,44	3 873 705,65	-155 422,17

Impacto da aplicação do MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2014	AJUSTAMENTOS DE CAPITAL	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	825 632,69	-19 807,12	31 084,43	774 741,14



### **Outras Entidades Não Societárias**

Relativamente a estas entidades, o Município não tem registadas quaisquer participações financeiras, tendo todas as transferências efetuadas sido registadas como custos do período.

Área Metropolitana do Porto
Foersp
ANMP
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
ADRIMAG (Associação Desenvolvimento Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energaia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto





## Fluxos Financeiros

No ano 2015 os fluxos financeiros do Município para as entidades em que participa, por transferências e subsídios ascenderam a:

<b>Entidade</b>	<b>Valor</b>
AMP - Área Metropolitana do Porto	
<u>Quotização</u>	<u>34.245,00€</u>
FORESP - Associação para a Formação e Especialização Tecnologia	
<u>Acordo de Colaboração</u>	<u>36.000,00€</u>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	
<u>Quotização</u>	<u>4.756,00€</u>
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	
<u>Quotização</u>	<u>3.000,00€</u>
AMTSM - Associação de Municípios Terras de Santa Maria	
<u>Transferências – Atividades/Projetos</u>	<u>350.791,92€</u>
ADRIMAG - Assoc. Desenv, Rural, Int. Serras Montemuro, Arada e Gralheira	
Quotização	29,88€
<u>Transferências – Atividades/Projetos</u>	<u>29.530,37€</u>
ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	
<u>Transferências – Atividades/Projetos</u>	<u>23.354,06€</u>

O Mapa das Participações da Entidade, com maior detalhe sobre cada uma das participadas, encontra-se em anexo – anexo 1.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Endividamento**



## 4. Endividamento

A preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, conduz-nos a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do documento n.º 26 da prestação de contas de 2015, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 7.6 – Serviço da Dívida do presente relatório.

O impacto ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos tem confirmado todo o processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram introduzidas alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

Relativamente ao endividamento o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do Município foi alargado a todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Neste sentido, por força da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente do seu artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



Por outro lado, com as sucessivas alterações legislativas impostas pelas várias Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do Município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Face ao exposto e de acordo com o resumo da conjuntura legal apresentado, justifica-se a análise do endividamento nos termos a seguir apresentados devendo ter-se presente que o Município de Vale de Cambra cumpriu aquele pressuposto.

**LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2015**

Receitas Correntes Líquidas		Montante
Ano	2012	10 848 574,68 €
	2013	12 092 908,83 €
	2014	12 795 865,36 €
<b>Total</b>		<b>35 737 348,87 €</b>
Valor de referência		<b>11 912 449,62 €</b>
<b>Limite máximo 150% a 31/12/2015</b>		<b>17 868 674,44 €</b>

**Balanço - a 31/12/2015 – Município**

	Divida na totalidade
<b>Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo</b>	
Empréstimos de médio e longo prazo	7 611 667,09 €
Fornecedores cc	- €
<b>SubTotal</b>	<b>7 611 667,09 €</b>
<b>Dividas a terceiros Curto Prazo</b>	
Fornecedores conta corrente	139 788,78 €
Fornecedores imobilizado	28 786,59 €
Estado e Outros Entes Públicos	73 300,11 €
Credores pela execução do Orçamento	- €
Administração Autárquica	- €
Outros Credores	2 334 493,59 €
<b>SubTotal</b>	<b>2 576 369,07 €</b>
<b>TOTAL Balanço</b>	<b>10 188 036,16 €</b>
Operações de Tesouraria	608 786,46 €
FAM	626 151,82 €
<b>Total divida de operações orçamentais Município</b>	<b>8 953 097,88 €</b>
<b>% da divida para o limite máximo</b>	<b>50,10%</b>
<b>% da divida como referência a média das receitas</b>	<b>75,16%</b>
<b>Total dividas das entidades</b>	<b>3 161 605,58 €</b>
<b>Total divida do Município + Participadas à data de 31/12/2015</b>	<b>12 114 703,46 €</b>
<b>% da divida Total para o limite máximo</b>	<b>67,80%</b>
<b>Margem Positiva</b>	<b>5 753 970,98 €</b>

Importa ainda, e tendo em consideração o previsto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, ter presente a execução do Programa de Apoio à Economia



Local (PAEL). Nesse sentido, a mesma é apresentada em anexo – anexo 2.

Durante o ano de 2014, foi elaborado e apresentado à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nomeadamente na reunião de 2 de dezembro de 2014 e sessão de 15 de dezembro de 2014, respetivamente, um Relatório de Auditoria à Situação Financeira ao Município de Vale de Cambra reportado a 31 de outubro de 2013 que evidencia a existência de passivos contingentes que, a tornarem-se responsabilidades efetivas, poderão traduzir-se em aumento futuro de endividamento.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Proposta de aplicação do RLE**



## **5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício**

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Em conformidade com as demonstrações financeiras apresentadas, foi apurado um **Resultado Líquido positivo** no valor de **1.134.563,50 €**.

Considerando que o valor do Património já atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, conforme estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, o Orgão Executivo propõe a seguinte distribuição de resultados:

**Reserva Legal – 56.728,18€ (5% do Resultado Líquido do Exercício)**

**Resultados Transitados – 1.077.835,32€.**





**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Análise Económico-Financeira**



## 6. Análise Económico-Financeira

### 6.1 – Balanço

O Balanço e o sistema contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de dezembro de 2015.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2015, bem como a comparação com o ano de 2014.

#### QUADRO N.º 1 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

DESCRIÇÃO	Un.: Euros (€)					
	2014		2015		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Total Ativo</b>	<b>83 043 638,89</b>		<b>81 748 453,92</b>		<b>-1 295 184,97</b>	<b>-1,56%</b>
Imobilizado	79 621 083,47	95,88%	77 554 424,94	94,87%	-2 066 658,53	-2,60%
Circulante						
Existências	245 122,67	0,30%	255 115,53	0,31%	9 992,86	4,08%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	259 967,21	0,31%	377 320,81	0,46%	117 353,60	45,14%
Disponibilidades	2 539 826,37	3,06%	3 189 224,59	3,90%	649 398,22	25,57%
Acréscimos e Diferimentos	377 639,17	0,45%	372 368,05	0,46%	-5 271,12	-1,40%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>48 974 072,39</b>		<b>50 562 440,06</b>		<b>1 588 367,67</b>	<b>3,24%</b>
Património	20 788 259,64	41,11%	20 788 259,64	41,11%	0,00	0,00%
Ajustamento de Partes de Capital Em Empresas	949 055,92	1,88%	1 399 612,39	2,77%	450 556,47	47,47%
Reservas Legais	1 490 148,34	2,95%	1 547 823,90	3,06%	57 675,56	3,87%
Subsídios	317 785,24	0,63%	317 785,24	0,63%	0,00	-%
Doações	207 485,69	0,41%	210 733,39	0,42%	3 247,70	1,57%
Resultados Transitados	24 067 826,28	47,60%	25 163 662,00	49,77%	1 095 835,72	4,55%
Resultado Líquido do Exercício	1 153 511,28	2,28%	1 134 563,50	2,24%	-18 947,78	-1,64%
<b>Passivo</b>	<b>34 069 566,50</b>		<b>31 186 013,86</b>		<b>-2 883 552,64</b>	<b>-8,46%</b>
Provisões para Riscos e Encargos	1 263 876,55	3,71%	1 691 669,94	5,42%	427 793,39	33,85%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7 614 907,72	22,35%	5 395 712,97	17,30%	-2 219 194,75	-29,14%
FAM – médio e longo prazo			521 792,82	1,67%	521 792,82	
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	5 431 399,21	15,94%	4 270 530,37	13,69%	-1 160 868,84	-21,37%
Acréscimos e Diferimentos	19 759 383,02	58,00%	19 306 307,76	61,91%	-453 075,26	-2,29%
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>83 043 638,89</b>		<b>81 748 453,92</b>		<b>-1 295 184,97</b>	<b>-1,56%</b>

O ativo líquido registou no final de 2015 uma diminuição de 1,56%.

No que diz respeito ao passivo, mais concretamente no que toca às Dívidas a Terceiros



de Curto Prazo, de forma a permitir a comparabilidade o lançamento dos Empréstimos a Curto Prazo foi, no quadro anterior, considerado como na sua origem, ou seja como Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

Assim sendo, nota-se o elevado esforço do pagamento de dívida que se traduziu no valor de 3.380.063,59€.

Em anexo (anexo 3) constam declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2015 uma diminuição global, que reflete a redução substancial dos valores a receber de Outros Devedores.

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos e justificam a evolução desta conta no ativo.

O Passivo totalizou a importância de 31.186.013,86€, registando uma diminuição relativamente ao ano anterior, no valor de 2.883.552,64€.

Esta diminuição reflete essencialmente o comportamento das contas do passivo de dívidas a terceiros.

Assim, a rubrica que em 2015 tem maior peso e apresentou um aumento foram os acréscimos e diferimentos que totalizam o montante de 19.306.307,76€. Estes acréscimos e diferimentos de natureza passiva estão igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente, respeitem a períodos subsequentes. Tais contabilizações em 2015 foram repartidas por Acréscimos de Custos, no valor de 667.547,60€ e por Proveitos Diferidos, no valor de 18.638.760,16€.



Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final de 2015 o valor de 50.562.440,06€, valor superior em 3,24% face ao verificado no exercício anterior, o que se deveu essencialmente a variação na conta 55 – Ajustamentos de Partes de Capital.

## **6.2 – Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício económico de 2015. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2015, uma diminuição de 1,64%, face ao ano transato, com um montante de 1.134.563,50€.

Para este resultado contribuiu o comportamento de contas de custos como são exemplo o aumento das provisões.

Verificou-se um aumento de 3,19% nos proveitos face a 2014, bem como um aumento de 3,61% nos custos e perdas.

**QUADRO N.º 2– ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO**

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2014		2015		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Custos e Perdas</b>	<b>13 298 264,57</b>		<b>13 778 885,12</b>		<b>480 620,55</b>	<b>3,61%</b>
Total dos Custos Operacionais (A)	12 611 980,70	94,84%	12 921 706,15	93,78%	309 725,45	2,46%
Total dos Custos Financeiros (C)	315 121,94	2,37%	382 203,27	2,77%	67 081,33	21,29%
Total dos Custos Extraordinários	371 161,93	2,79%	474 975,70	3,45%	103 813,77	27,97%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1 153 511,28</b>		<b>1 134 563,50</b>		<b>-18 947,78</b>	<b>-1,64%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>14 451 775,85</b>		<b>14 913 448,62</b>		<b>461 672,77</b>	<b>3,19%</b>
Total dos Proveitos Operacionais (B)	13 219 735,08	91,47%	13 805 778,55	92,57%	586 043,47	4,43%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	65 985,23	0,46%	58 474,13	0,39%	-7 511,10	-11,38%
Total dos Proveitos Extraordinários	1 166 055,54	8,07%	1 049 195,94	7,04%	-116 859,60	-10,02%
<b>Resultados Operacionais (B-A)</b>	<b>607 754,38</b>		<b>884 072,40</b>		<b>276 318,02</b>	<b>45,47%</b>
<b>Resultados Financeiros (D-C)</b>	<b>-249 136,71</b>		<b>-323 729,14</b>		<b>-74 592,43</b>	<b>29,94%</b>
<b>Resultados Correntes (B+D)-(A+C)</b>	<b>358 617,67</b>		<b>560 343,26</b>		<b>201 725,59</b>	<b>56,25%</b>

Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2015, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 14.913.448,62€ e de custos incorridos de 13.778.885,12€.

Como se pode verificar, as atividades operacionais e correntes contribuem na formação desse ganho, com um resultado de 884.072,40€ e 560.343,26€, respetivamente.

Verifica-se pois, que tanto do lado dos custos como do lado dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 93,78% e 92,57%, respetivamente.

Em 2015, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 323.729,14€, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 560.343,26€.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Análise Orçamental**



## **7. Análise Orçamental**

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2015.

Assim, apresenta-se tanto a evolução da situação económico-financeira, como a execução do orçamento no que diz respeito aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, em ambos os domínios: receitas e despesas.

Procede-se também a uma análise da evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido tal como a situação financeira do Município, tendo por base os registos existentes e os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise que se efetua possui a sua sustentação nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

### **7.1 - Execução Global do Orçamento**

Para uma melhor compreensão da dinâmica da execução orçamental apresenta-se de seguida uma análise comparativa entre os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, o que permite a avaliação da fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

A estrutura orçamental firma-se em receitas correntes e receitas de capital, que suportam de igual modo diferentes tipologias de despesa, e está sujeita ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização da receita angariada, face às necessidades de despesa existentes.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a



despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2015. Sendo que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva.

**QUADRO N.º 3 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2015**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	(b)/(a)
<b>1 – Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>1 783 386,51 €</b>	<b>1 783 386,51 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>100,00%</b>
Receitas Correntes	13 175 216,00 €	13 131 905,28 €	-43 310,72 €	99,67%
Receitas de Capital	2 603 784,00 €	1 130 260,72 €	-1 473 523,28 €	43,41%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
<b>2 – Total de Receitas</b>	<b>17 562 386,51 €</b>	<b>16 045 552,51 €</b>	<b>-1 516 834,00 €</b>	<b>91,36%</b>
Despesas Correntes	11 387 327,51 €	9 462 632,58 €	-1 924 694,93 €	83,10%
Despesas de Capital	6 175 059,00 €	4 002 481,80 €	-2 172 577,20 €	64,82%
<b>3 – Total de Despesas</b>	<b>17 562 386,51 €</b>	<b>13 465 114,38 €</b>	<b>-4 097 272,13 €</b>	<b>76,67%</b>

Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento final para o exercício foi de 17.562.386,51€, sendo o total da receita cobrada de 16.045.552,51 € e o total da despesa paga de 13.465.114,38 €.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa 13 milhões e 400 mil euros, o que se traduz num índice de realização do orçamento da despesa de 76,67%, para 2015.

A taxa de execução das despesas de investimento ascendeu a 60%, tendo superado os 4 milhões de euros. Já as despesas correntes apresentaram um peso de 83,10%, o que determina que sejam estas as despesas que mais convergem para a execução orçamental.

As receitas correntes apresentam uma execução de 99,67%, o que significa que do total de 13.175.216,00€ previstos arrecadar foram cobrados 13.131.905,28€, originando um desvio de (-) 43.310,72€.





No que se referem às receitas de capital, para uma previsão final de 2.603.784,00€ apenas se arrecadou 1.130.260,72€, ou seja 43,41% face ao valor previsto, gerando um desvio de (-) 1.473.523,28€.

O desvio verificado deve-se, sobretudo, à diferença apurada na rubrica das vendas de bens de investimento que terminou o ano com uma taxa de execução aquém do inicialmente previsto.

## 7.2 - Modificações e Revisões ao Orçamento

No decorrer dos exercícios económicos são geralmente realizadas modificações orçamentais que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço ou anulação das respetivas dotações. No respeitante ao exercício de 2015 ocorreram dezoito modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

**QUADRO N.º 4 – NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2015**

	MODIFICAÇÕES	REVISÕES
Orçamento da Despesa	16	2
Orçamento da Receita	0	
Plano Plurianual de Investimentos	13	
Plano de Atividades Municipais	11	

Un.: Número

Dispondo a informação relativa às modificações orçamentais por grupos em que se agregam quer os reforços, quer as anulações a que estiveram sujeitas as diferentes rubricas económicas da despesa e da receita autárquica, analisa-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano de 2015, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

**QUADRO N.º 5 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2015**

RUBRICAS	DOTAÇÃO INICIAL		MODIFICAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>11 425 991,00 €</b>	<b>65,20%</b>	<b>1 529 576,51 €</b>	<b>1 568 240,00 €</b>	<b>11 387 327,51 €</b>	<b>64,84%</b>
01 Despesas com o pessoal	4 186 650,00 €	23,89%	423 500,00 €	476 700,00 €	4 133 450,00 €	23,54%
02 Aquisição de bens e serviços	4 404 241,00 €	25,13%	724 740,00 €	858 440,00 €	4 270 541,00 €	24,32%
03 Juros e outros encargos	300 300,00 €	1,71%	6 300,00 €	94 100,00 €	212 500,00 €	1,21%
04 Transferências correntes	1 158 700,00 €	6,61%	114 736,51 €	139 000,00 €	1 134 436,51 €	6,46%
06 Outras despesas correntes	1 376 100,00 €	7,85%	260 300,00 €	0,00 €	1 636 400,00 €	9,32%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6 099 009,00 €</b>	<b>34,80%</b>	<b>1 955 490,43 €</b>	<b>1 879 440,43 €</b>	<b>6 175 059,00 €</b>	<b>35,16%</b>
07 Aquisição de bens de capital	3 543 450,00 €	20,22%	1 802 231,43 €	1 710 211,43 €	3 635 470,00 €	20,70%
08 Transferências de capital	241 050,00 €	1,38%	28 600,00 €	64 820,00 €	204 830,00 €	1,17%
09 Ativos financeiros	104 509,00 €	0,60%	104 359,00 €	104 409,00 €	104 459,00 €	0,59%
10 Passivos financeiros	2 210 000,00 €	12,61%	20 300,00 €	0,00 €	2 230 300,00 €	12,70%
<b>Total</b>	<b>17 525 000,00 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 485 066,94 €</b>	<b>3 447 680,43 €</b>	<b>17 562 386,51 €</b>	<b>100,00%</b>

Do exposto no quadro anterior verifica-se que em consequência das alterações realizadas ao orçamento da despesa para o exercício económico em análise, foram executados reforços no valor de 3.485.066,94€, que tiveram como contrapartida a diminuição das dotações de algumas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, no montante total de 3.447.680,43€.

Conclui-se ainda que, da leitura dos números apresentados no mesmo quadro verifica-se ainda que houve necessidade de um reforço orçamental de 37.386,51€, resultado da variação do valor global do orçamento inicial face ao orçamento final.

Verifica-se ainda que este resultado deveu-se à necessidade de financiamento das despesas de capital que face ao valor inicialmente orçamentado tiveram um reforço de 76.050,00€.

Parte deste reforço foi financiado pelas despesas correntes que apresentaram uma diminuição de 38.663,49€, resultado da poupança conseguida sobretudo na rubrica de aquisição de bens e serviços e juros e outros encargos.



Ainda relativamente às despesas de capital, para além das prováveis implicações que os diferentes reforços e diminuições contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, determinando por isso modificações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

Nas rubricas do orçamento da receita foram realizadas duas modificações fruto das revisões realizadas durante o exercício de 2015, como a seguir se apresenta:

**QUADRO N.º 6 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2015**

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÃO INICIAL		REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>13 742 216,00 €</b>	<b>78,41%</b>	<b>0,00 €</b>	<b>567 000,00 €</b>	<b>13 175 216,00 €</b>	<b>75,02%</b>
01 Impostos diretos	3 510 150,00 €	20,03%	0,00 €	0,00 €	3 510 150,00 €	19,99%
02 Impostos indiretos	199 050,00 €	1,14%	0,00 €	90 000,00 €	109 050,00 €	0,62%
04 Taxas, multas e outras penalid	299 100,00 €	1,71%	0,00 €	0,00 €	299 100,00 €	1,70%
05 Rendimentos de propriedade	885 600,00 €	5,05%	0,00 €	27 000,00 €	858 600,00 €	4,89%
06 Transferências correntes	6 736 666,00 €	38,44%	0,00 €	100 000,00 €	6 636 666,00 €	37,79%
07 Venda de bens e serviços corre	1 624 650,00 €	9,27%	0,00 €	150 000,00 €	1 474 650,00 €	8,40%
08 Outras receitas correntes	487 000,00 €	2,78%	0,00 €	200 000,00 €	287 000,00 €	1,63%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3 782 784,00 €</b>	<b>21,59%</b>	<b>1 783 386,51 €</b>	<b>1 179 000,00 €</b>	<b>4 387 170,51 €</b>	<b>24,98%</b>
09 Vendas de bens de investiment	1 496 947,00 €	8,54%	0,00 €	779 000,00 €	717 947,00 €	4,09%
10 Transferências de capital	2 265 737,00 €	12,93%	0,00 €	400 000,00 €	1 865 737,00 €	10,62%
13 Outras receitas de capital	20 100,00 €	0,11%	0,00 €	0,00 €	20 100,00 €	0,11%
16 Saldo da gerência anterior	0,00 €	0,00%	1 783 386,51 €	0,00 €	1 783 386,51 €	10,15%
<b>Total</b>	<b>17 525 000,00 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 783 386,51 €</b>	<b>1 746 000,00 €</b>	<b>17 562 386,51 €</b>	<b>100,00%</b>

A primeira revisão ao orçamento da receita teve por finalidade a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, no montante de 1.783.386,51€, como reforço da receita orçada. Já a segunda revisão deveu-se a um conjunto de diminuições que totalizaram 1.746.000,00€, uma vez que as dotações das rubricas modificadas revelaram-se elevadas face às necessidades previstas até ao final do ano de 2015.



### 7.3 - Execução do Orçamento da Receita

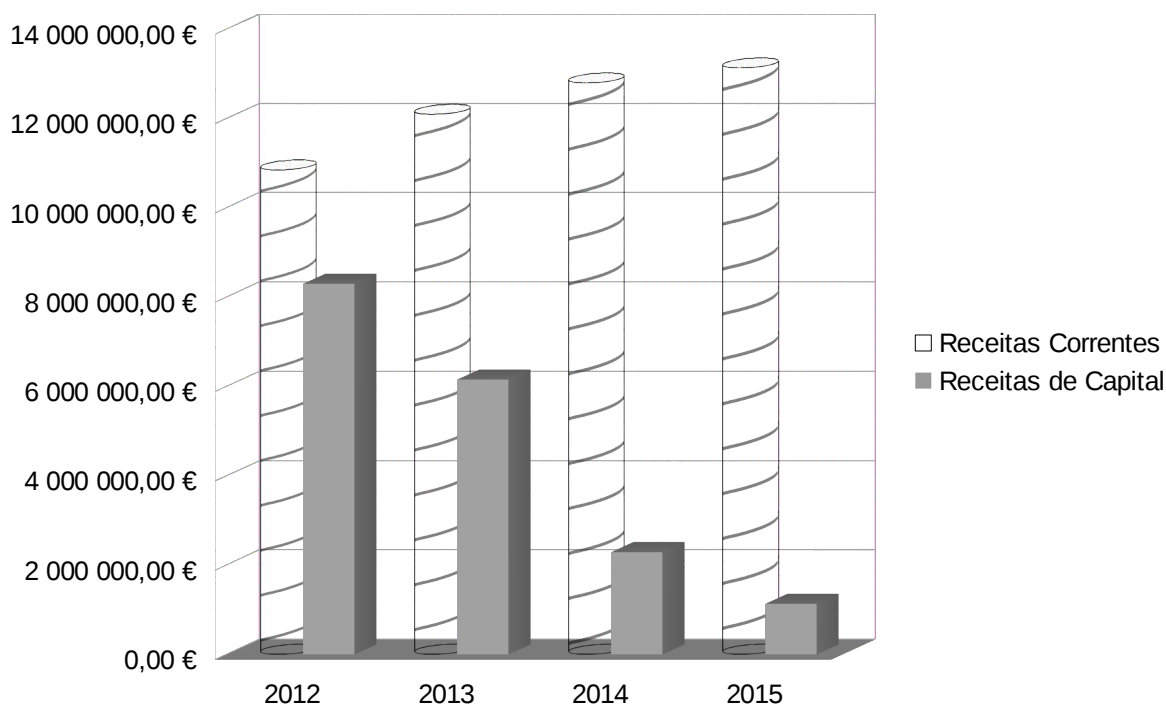
No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

**QUADRO N.º 7 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2012 a 2015**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	10 848 574,68 €	56,66%	12 092 908,83 €	66,28%	12 795 865,36 €	84,83%	13 131 905,28 €	92,08%
Receitas de Capital	8 299 007,16 €	43,34%	6 152 558,48 €	33,72%	2 288 456,36 €	15,17%	1 130 260,72 €	7,92%
<b>Total</b>	<b>19 147 581,84 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>18 245 467,31 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 084 321,72 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>14 262 166,00 €</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2015**



A execução da receita para o ano de 2015 foi de 14.262.166,00€, dos quais 13.131.905,28€ dizem respeito ao montante das receitas correntes e 1.130.260,72€ correspondem às receitas de capital executadas.



O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 91,36%, face às previsões corrigidas.

Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade face às receitas de capital, correspondendo a um peso de 92,08% e 7,92%, respetivamente.

Da análise realizada ao quadriénio 2012-2015 verificamos que a receita total arrecadada pelo Município reflete uma tendência de crescimento negativa. Tal comportamento encontra-se sobretudo justificado, à semelhança do que acontece no exercício de 2015, pela variação das receitas de natureza de capital, particularmente ao nível das “Transferências de Capital”, sendo que a receita corrente apresenta uma tendência contrária.

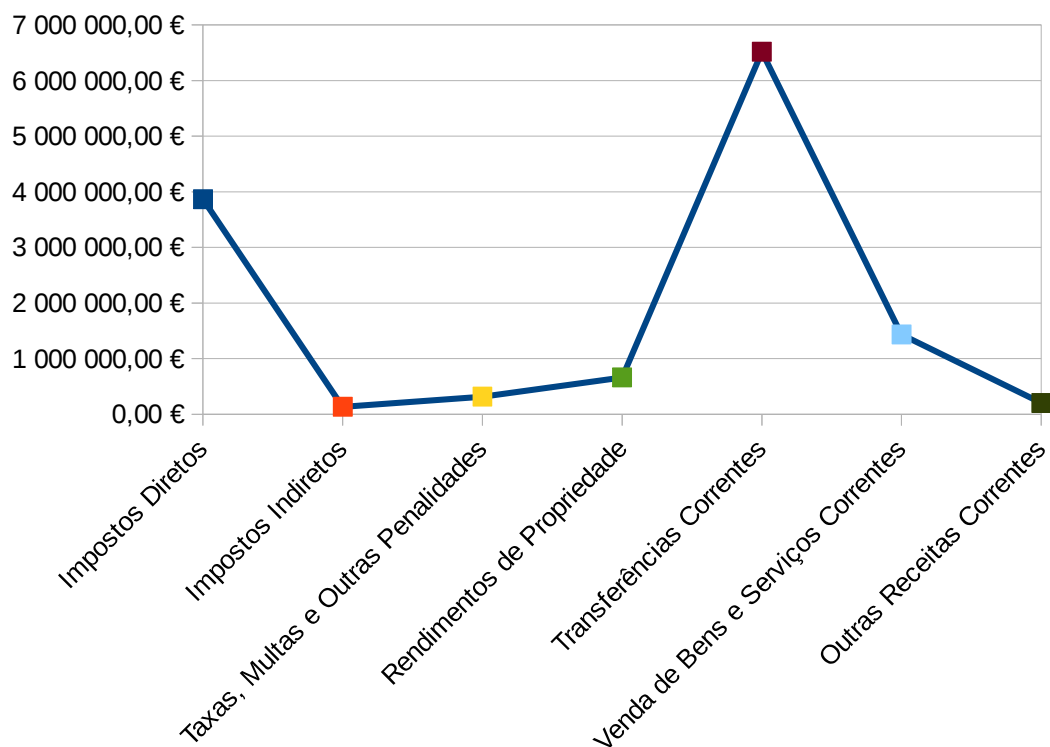
#### QUADRO N.º 8 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

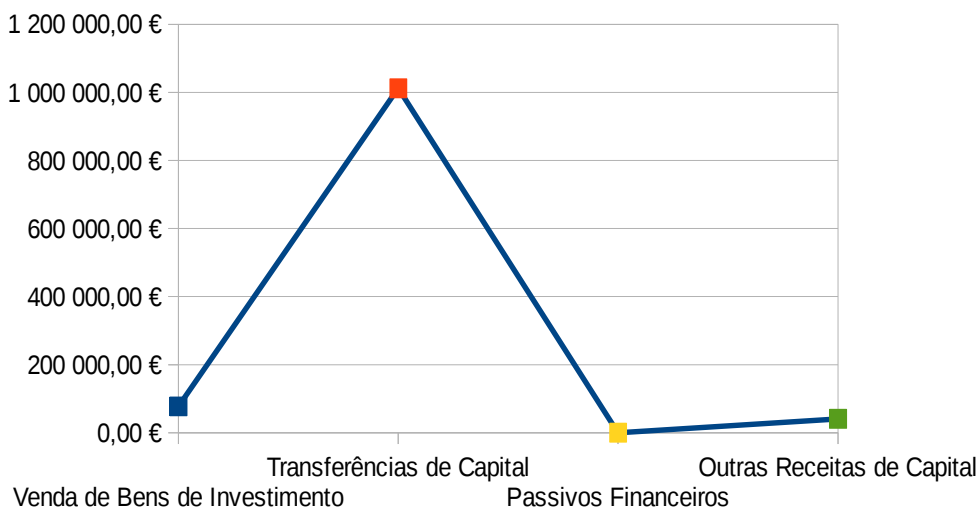
DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA ARRECADADA			
	2012	2013	2014	2015
Impostos Diretos	3 176 805,29 €	3 217 404,06 €	3 593 029,94 €	3 867 152,88 €
Impostos Indiretos	215 424,31 €	179 688,82 €	171 181,97 €	134 000,86 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	318 183,66 €	286 299,75 €	291 005,91 €	316 021,13 €
Rendimentos de Propriedade	683 377,61 €	729 299,31 €	684 776,90 €	661 641,97 €
Transferências Correntes	4 780 699,99 €	5 788 344,35 €	6 411 831,63 €	6 516 617,29 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 478 519,77 €	1 412 268,98 €	1 443 336,00 €	1 433 380,19 €
Outras Receitas Correntes	195 564,05 €	479 603,56 €	200 703,01 €	203 090,96 €
Venda de Bens de Investimento	306 843,60 €	48 558,00 €	755 199,29 €	77 317,50 €
Transferências de Capital	7 283 019,99 €	3 901 305,40 €	1 513 540,16 €	1 012 217,34 €
Passivos Financeiros	0,00 €	2 145 858,26 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	0,00 €	56 836,82 €	19 716,91 €	40 725,88 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	709 143,57 €	1 132 903,50 €	1 511 240,65 €	1 783 386,51 €
<b>Total</b>	<b>19 147 581,84 €</b>	<b>19 378 370,81 €</b>	<b>16 595 562,37 €</b>	<b>16 045 552,51 €</b>



**GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE EM 2015**



**GRÁFICO N.º 3 – EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL EM 2015**



Da análise ao conjunto de receitas arrecadadas, conforme se apresentam nos gráficos anteriores e no quadro n.º 8, é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas



correntes, representam um montante muito significativo, atingindo o valor de 6.615.287,99€. Ainda assim, as transferências correntes e de capital são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município, alcançando em 2015 os montantes de 6.516.617,29€ e 1.012.217,34€, respetivamente.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresentam maior expressividade, dado que atingem 3.867.152,88€ na gerência de 2015, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.433.380,19€.

A venda de bens de investimento resultaram numa taxa de execução de 10,80%, em 2015, resultado do peso da execução no valor de 77.317,50€ face ao montante previsto de 717.947,00€.

Das transferências efetuadas ao longo dos quatro exercícios, apresentados no quadro em análise, verifica-se a continuidade, face à gerência anterior, da diminuição em 2015 das transferências de capital, resultado ainda do fecho do anterior quadro comunitário.

Podemos concluir ainda que, excluindo-se o saldo da gerência anterior, a receita bruta cobrada em 2015 alcançou o valor de 15.084.321,72€, reiterando-se, à semelhança do que vinha acontecendo nos exercícios económicos anteriores, a primazia das receitas correntes em relação às receitas de capital.

## **7.4 - Execução do Orçamento da Despesa**

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, a qual é traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de dezembro de cada exercício económico. Tal representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.

Neste sentido e face à responsabilidade das autarquias locais em dar resposta a diversos serviços públicos da maior necessidade para as nossas populações, como são exemplo a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.



Atendendo à realização destes objetivos, os Municípios têm-se deparado, nos anos passados, com dificuldades financeiras, resultantes da redução das transferências provenientes do orçamento de Estado e da forte quebra das receitas próprias, obrigando a um ajustamento que passou pela redução estrutural da despesa pública municipal, através de um rigoroso controlo dos gastos, quer ao nível das despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

Assim sendo, procede-se, neste capítulo, a uma análise da despesa executada, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, entre outras.

#### QUADRO N.º 9 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2012 a 2015

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	8 774 746,53 €	48,71%	9 414 109,26 €	52,69%	9 135 936,89 €	61,68%	9 462 632,58 €	70,28%
Despesas de Capital	9 239 931,81 €	51,29%	8 453 020,90 €	47,31%	5 676 238,97 €	38,32%	4 002 481,80 €	29,72%
<b>Total</b>	<b>18 014 678,34 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>17 867 130,16 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>14 812 175,86 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>13 465 114,38 €</b>	<b>100,00%</b>

Uma análise à evolução global da despesa paga, no período de 2012 a 2015, permite a constatação, aliás, com causa já identificada na análise à execução da receita, de uma redução do volume absoluto da execução da despesa. Tal causa encontra corpo, essencialmente, no término das transferências inerentes ao último quadro comunitário de apoio.

Conclui-se, com recurso ao quadro n.º 9, que a despesa paga em 2015 se cifrou em 13.465.114,38€, apresentando uma diminuição, relativamente a 2014, fruto essencialmente do decréscimo ao nível das despesas de capital.

Analisando o global da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 76,67% em relação ao valor total previsto de 17.562.386,51€, para o exercício de 2015.

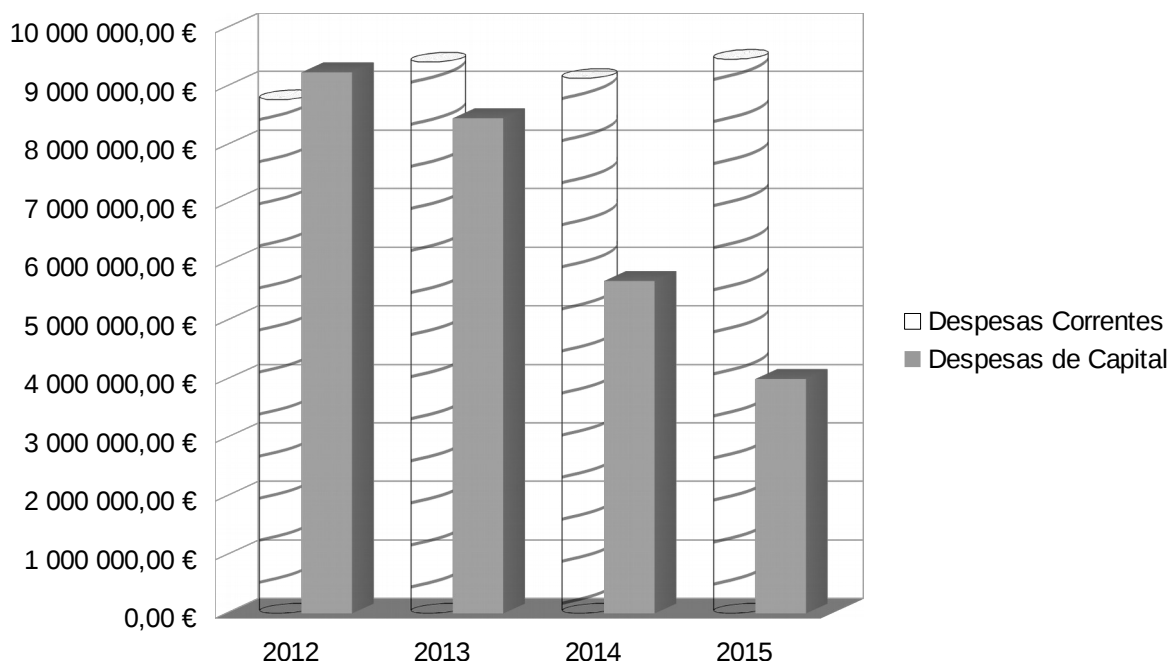
Da análise aos montantes previsionais, face à execução da natureza da despesa concluímos que a despesa corrente, com um valor previsional de 11.387.327,51€, contribuiu com um peso de 83,10% para o maior rigor da previsão orçamental. Já a





despesa de capital, com uma previsão de execução de 6.175.059,00€, alcançou um grau de execução de 64,82%.

**GRÁFICO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2012 a 2015**



Do montante total de despesa executada, 9.462.632,58€ correspondem a despesas de natureza corrente e 4.002.481,80€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 70,28% e 29,72%, respetivamente.

**QUADRO N.º 10 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA 2012–2015 POR CLASSIFICAÇÃO**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA			
	2012	2013	2014	2015
Pessoal	3 714 183,76 €	3 989 962,70 €	4 025 192,48 €	3 929 769,14 €
Bens e Serviços	3 414 724,27 €	3 436 918,91 €	3 388 409,55 €	3 361 521,48 €
Transferências Correntes	758 092,94 €	717 154,84 €	868 531,98 €	1 041 337,57 €
Encargos Financeiros	270 375,77 €	665 078,20 €	201 203,23 €	164 625,49 €
Outras Despesas Correntes	617 369,79 €	604 994,61 €	652 599,65 €	965 378,90 €
Investimentos	7 177 429,22 €	6 280 155,66 €	3 206 257,31 €	1 497 417,21 €
Transferências de Capital	55 530,46 €	128 492,68 €	95 984,30 €	176 939,49 €
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	104 358,00 €
Passivos Financeiros	2 006 972,13 €	2 044 372,56 €	2 373 997,36 €	2 223 767,10 €
<b>Total</b>	<b>18 014 678,34 €</b>	<b>17 867 130,16 €</b>	<b>14 812 175,86 €</b>	<b>13 465 114,38 €</b>

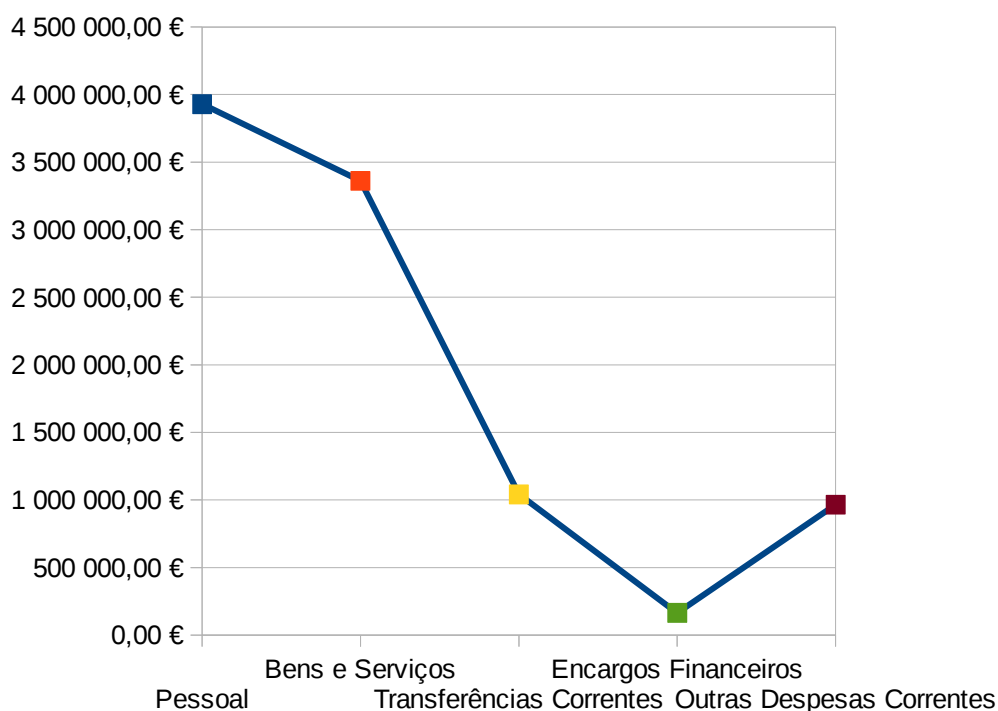


Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento, isto é, despesas representativas do gasto necessário ao normal funcionamento da atividade do Município onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 8.256.669,52 €, o que se traduz num peso de 61,32% face ao montante de despesa paga no ano de 2015.

Ainda assim as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços apresentam um decréscimo quando comparadas com o ano transato. Esta diminuição encontra-se justificada principalmente pela diminuição verificada nas despesas com o pessoal, despesas inerentes aos encargos financeiros e aquisição de bens e serviços.

No sentido inverso estiveram os gastos com outras despesas correntes que totalizaram, em 2015, o montante de 965.378,90€.

**GRÁFICO N.º 5 – EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE EM 2015**

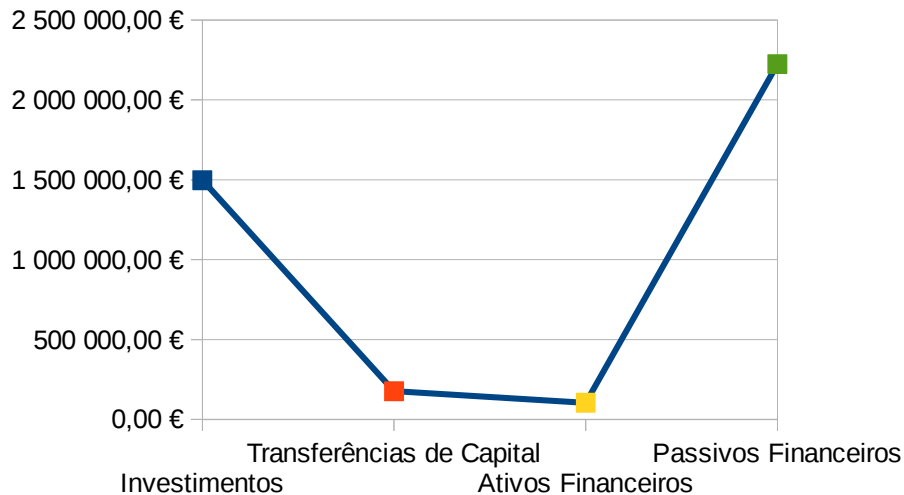


No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com os passivos financeiros e a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 2.223.767,10€ e 1.497.417,21€, respetivamente, do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de



Investimentos (PPI). Pese embora que as despesas relativas à rubrica de investimento apresentam um decréscimo face aos anos anteriores.

**GRÁFICO N.º 6 – EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL EM 2015**



## 7.5 - Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, suportada em dois documentos distintos, o *Plano Plurianual de Investimentos* (PPI) e o *Plano de Atividades Municipal* (PAM).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural detalhada das despesas de capital, no que se referem às funções e sub-funções realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI (documento que se nos afigura como sendo o principal eixo de orientação estratégica municipal) revelando o peso de cada função bem como a sua execução para esta conta de gerência.

**QUADRO N.º 11 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2015**

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>933 629,00 €</b>	<b>316 605,95 €</b>	<b>33,91%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>881 779,00 €</b>	<b>269 808,55 €</b>	<b>30,60%</b>
1.1.1.	Administração Geral	881 779,00 €	269 808,55 €	30,60%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>51 850,00 €</b>	<b>46 797,40 €</b>	<b>90,26%</b>
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	51 850,00 €	46 797,40 €	90,26%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>1 049 900,00 €</b>	<b>611 202,19 €</b>	<b>58,22%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>81 300,00 €</b>	<b>33 403,37 €</b>	<b>41,09%</b>
2.1.1.	Ensino Não Superior	81 300,00 €	33 403,37 €	41,09%
<b>2.3.</b>	<b>Segurança e Ação Social</b>	<b>45 100,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00%</b>
2.3.2.	Ação Social	45 100,00 €	0,00 €	0,00%
<b>2.4.</b>	<b>Habituação e Serviços Coletivos</b>	<b>619 800,00 €</b>	<b>332 113,76 €</b>	<b>53,58%</b>
2.4.2.	Ordenamento do Território	399 500,00 €	201 164,00 €	50,35%
2.4.3.	Saneamento	120 050,00 €	74 988,87 €	62,46%
2.4.4.	Abastecimento de Água	87 050,00 €	51 918,34 €	59,64%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	13 200,00 €	4 042,55 €	30,63%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>303 700,00 €</b>	<b>245 685,06 €</b>	<b>80,90%</b>
2.5.1.	Cultura	13 100,00 €	364,84 €	2,79%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	290 600,00 €	245 320,22 €	84,42%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>1 756 300,00 €</b>	<b>673 967,07 €</b>	<b>38,37%</b>
<b>3.2.</b>	<b>Indústria e Energia</b>	<b>327 550,00 €</b>	<b>102 176,16 €</b>	<b>31,19%</b>
3.2.0.	Indústria e Energia	327 550,00 €	102 176,16 €	31,19%
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>1 269 450,00 €</b>	<b>463 445,36 €</b>	<b>36,51%</b>
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1 269 450,00 €	463 445,36 €	36,51%
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>159 300,00 €</b>	<b>108 345,55 €</b>	<b>68,01%</b>
3.4.1.	Mercados e Feiras	25 000,00 €	9,84 €	0,04%
3.4.2.	Turismo	134 300,00 €	108 335,71 €	80,67%
<b>Total</b>		<b>3 739 829,00 €</b>	<b>1 601 775,21 €</b>	<b>42,83%</b>

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que as funções económicas e sociais são as que maior grau de execução têm relativamente aos montantes executados pelo Município, com uma percentagem acima de 42% e 38%, respetivamente.

As funções económicas são as funções mais representativas em 2015, sendo que dentro



destas a que apresenta maior relevância, com um peso de 28,93%, são as funções inerentes aos transportes rodoviários, com um valor executado de 463.445,36€.

Seguidamente, a mais relevante, pelo seu conjunto, e que se encontra integrada nas funções sociais são as sub-funções de habitação e serviços coletivos, com um grau de execução de 20,73%, ou seja uma execução de 332.113,76€.

Nas restantes funções, são as sub-funções referentes aos serviços gerais da administração pública, com um montante de execução alcançado, no exercício económico em análise, de 269.808,55€ e cujo peso se traduz nos 16,84%, que maior relevância apresentam nas funções gerais.

## 7.6 - Serviço da Dívida

Com o objetivo de avaliar, também numa perspetiva orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente com juros e respetivas amortizações, no total da despesa e receita autárquica, apresenta-se o quadro seguinte. Este espelha a evolução do serviço da dívida nos últimos quatro anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

### QUADRO N.º 12 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Un.: Euros (€)

	2012	2013	2014	2015
Juros	207 770,10 €	125 391,16 €	123 491,20 €	96 402,97 €
Amortizações	2 006 972,13 €	2 044 372,56 €	2 373 997,36 €	2 223 767,10 €
<b>Total</b>	<b>2 214 742,23 €</b>	<b>2 169 763,72 €</b>	<b>2 497 488,56 €</b>	<b>2 320 170,07 €</b>
<b>Dívida ML prazo</b>	<b>12 107 945,85 €</b>	<b>12 209 431,55 €</b>	<b>9 835 434,19 €</b>	<b>7 611 667,09 €</b>

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo.

Verifica-se uma forte amortização dos empréstimos com natureza de médio e longo prazo, o que leva por consequência a uma redução do capital em dívida da totalidade dos



empréstimos contraídos. Esta situação reflete-se também na diminuição dos encargos financeiros, no que se refere à componente de juros, como se pode verificar no decurso do quadriénio apresentado no quadro acima.

Com efeito, assiste-se desde 2013 a uma progressiva diminuição da dívida de médio e longo prazo, demonstrando uma aceleração da tendência de redução do serviço da dívida do Município.

De referir, porém, que esta quebra, não obstante a redução das taxas de juro, decorre da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades várias, associado ao facto do Município não ter contratado mais nenhum financiamento.

## 7.7 - Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

**QUADRO N.º 13 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS**

	2014	2015
<b>Rácios da Receita</b>		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	28,08%	29,45%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	50,11%	49,62%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	11,28%	10,92%
Receitas Correntes / Receitas Totais	77,10%	81,84%
Receitas de Capital / Receitas Totais	13,79%	7,04%
<b>Rácios da Despesa</b>		
Pessoal / Despesas Correntes	44,06%	41,53%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	37,09%	35,52%
Investimentos / Despesas de Capital	56,49%	37,41%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	41,82%	55,56%
Despesas Correntes / Despesas Totais	61,68%	70,28%
Despesas de Capital / Despesas Totais	38,32%	29,72%
<b>Rácios Financeiros</b>		
Pessoal / Receitas Correntes	31,46%	29,93%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	15,52%	14,46%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	140,06%	138,78%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	40,32%	28,24%



**Nota:**

A rubrica de receitas totais inclui o saldo da gerência anterior.

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2015, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta cobrada em 2015 é superior em 1.462.681,01€ à soma da despesa corrente paga em 2015 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:

Receita Corrente Bruta Cobrada 2015	13 131 905,28 €
Despesa Corrente Paga 2015	9 462 632,58 €
Amortizações Médias Empréstimos	2 206 591,69 €
<b>Total</b>	<b>11 669 224,27 €</b>
<b>Diferença</b>	<b>1 462 681,01 €</b>

## 7.8 - Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa refletem os recebimento e pagamentos ocorridos no exercício de 2015 estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria), neste documento são demonstrados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.



O quadro que se segue apresenta uma síntese dos movimentos dos fluxos de caixa ocorridos ao longo do exercício económico de 2015.

**QUADRO N.º 14 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA**

<b>Recebimentos</b>	
Saldo da Gerência Anterior	2 539 826,37 €
Execução Orçamental	1 783 386,51 €
Operações de Tesouraria	756 439,86 €
Receitas Orçamentais	14 262 166,00 €
Correntes	13 131 905,28 €
Capital	1 130 260,72 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	1 086 540,67 €
<b>Total</b>	<b>17 888 533,04 €</b>
<b>Pagamentos</b>	
Despesas Orçamentais	13 465 114,38 €
Correntes	9 462 632,58 €
Capital	4 002 481,80 €
Operações de Tesouraria	1 234 194,07 €
Saldo para a Gerência Seguinte	3 189 224,59 €
Execução Orçamental	2 580 438,13 €
Operações de Tesouraria	608 786,46 €
<b>Total</b>	<b>17 888 533,04 €</b>

Da análise feita aos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2015 podemos concluir que o montante obtido pela poupança orçamental alcançada, no valor de 3.669.272,70€ (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes), foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital).

Conclui-se ainda que:

- As entradas de fundos ascenderam a 15.348.706,67€, sendo 14.262.166,00€ provenientes de receitas orçamentais e 1.086.540,67€ de dotações não orçamentais, isto é, operações de tesouraria.





- Por sua vez, as saídas de fundos somaram 14.699.308,45€, dos quais 13.465.114,38€ resultam de despesas orçamentais, correntes e de capital, e o restante, montante de 1.234.194,07€, de despesas não orçamentais.

Resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo a transitar para o exercício económico de 2016 fixou-se em 3.189.224,59€, sendo 2.580.438,13€ decorrentes de execução orçamental e 608.786,46€ de operações de tesouraria, refletindo um aumento de 649.398,22€ face ao transitado da gerência anterior.

Poder-se-à repercutir o valor de 2.580.438,13€ no orçamento do exercício contabilístico de 2016, através da realização de uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Anexos às Demonstrações**

**Financeiras**



## **8. Anexos às Demonstrações Financeiras**

### **Introdução**

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.



## **8.1 - Caracterização da Entidade**

### **8.1.1 - Identificação**

*Designação* - Município de Vale de Cambra

*NIF* - 506735524

*Endereço* - Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

*CAE* - 84113

*Regime Financeiro* - Autonomia administrativa e financeira

*Trabalhadores* - 1 de Janeiro de 2015 - 195 trabalhadores: 184 CTTI + 7 CM + 4 Outras Situações

31 de Dezembro de 2015 - 199 trabalhadores: 188 CTTI + 7 CM + 4

Outras Situações

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km<sup>2</sup>, onde residem 22.864 habitantes, de acordo com os censos de 2011. Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com um total de 22.031 eleitores inscritos, conforme resultados das últimas eleições para a Assembleia da República em 2015.

### **8.1.2 - Legislação**

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.



### 8.1.3 - Estrutura Organizacional Efetiva

	<b>Data de Aprovação</b>	<b>Data de Publicação</b>	<b>Diário da República</b>
<b>Organização dos Serviços Municipais</b>	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>17 de julho de 2014</b>	<b>2ª Série, nº 136</b>

Por deliberação de 30 de junho de 2014 da Assembleia Municipal, verificou-se a Reorganização dos Serviços Municipais, publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 136 de 17 de julho de 2014.

Para efeitos do número 4 do artigo 29º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, por deliberação de 30 de outubro de 2014 da Câmara Municipal e por deliberação de 15 de dezembro de 2014 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2015.

O organograma encontra-se em anexo – anexo 4.

### 8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela legislação em vigor.

### 8.1.5 - Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

- Vereadores da Câmara Municipal:

António Alberto Almeida de Matos Gomes

Maria Catarina Lopes Paiva

Daniela Sofia Paiva da Silva



José António Bastos da Silva

Elisabete Soares Moreira da Rocha

Nelson da Silva Martins

### **8.1.6 - Organização Contabilística**

Os serviços de contabilidade encontram-se organizados de modo centralizado, na Divisão Administrativa e Financeira, onde todas as operações e registos contabilísticos incorporam a Contabilidade Orçamental e Patrimonial.

Neste sentido e à semelhança do que vem acontecendo, ao longo do ano de 2015, todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação informática utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.* e é neste sistema que se encontram integradas entre si as diversas aplicações contabilísticas, o que contribui de forma assinalável para a garantia da fiabilidade da informação financeira produzida.

Porém, uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da contabilidade.

Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado em 2014. Foram também mantidos os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na área financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, continuando a existir apenas a passagem de guias de receita em postos variados.



### **8.1.7 - Outras Informações Relevantes**

**Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001**

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2015

FEF Corrente - € 4.970.134,00

FSM - € 485.612,00

Participação IRS - € 592.670,00

FEF Capital - € 552.237,00

b) Pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município em 2014 - €3.206.257,31 (conforme execução PPI em 2014)

c) Ações inspetivas realizadas pelo IGAT e/ou IGF desde 2005:

- Inspeção Ordinária Sectorial (Urbanismo e Aquisição de Bens e Serviços) com período de incidência: 2002/01/02 a 2006/03/24 (ação inspetiva iniciada em 2006/03/27 e concluída em 2006/06/21);

- Inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira (IVA nas atividades mistas do Município) com período de incidência: 2010, 2011 e 2012 (ação inspetiva iniciada em 16 de fevereiro e concluída em 21 abril de 2015).

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município é associado não tem empréstimos em vigor.

## **8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

### **8.2.1 - Derrogação das Disposições do POCAL**

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase de implementação, na ótica de uma verdadeira gestão de atividades, por funções, e cujo processo decorrerá de forma mais ativa no exercício de



2016.

A ausência da Contabilidade de Custos em pleno funcionamento não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

### **8.2.2 - Comparabilidade**

Conforme referido no Relatório e Contas de 2014, efetuaram-se nesse exercício diversos ajustamentos no sentido de efetuar correções que se referiam a exercícios económicos anteriores, nomeadamente nas rubricas de acréscimos e diferimentos e contas da classe 5, o que afetava a comparabilidade nestas rubricas.

Em 2014 o Município procedeu ainda à análise e levantamento das contas de empreitada das principais obras capitalizadas em Imobilizado e que se encontravam no Balanço Inicial. Desta análise resultaram ajustamentos relevantes nas rubricas do Ativo Imobilizado por contrapartida do Património e Resultados Transitados (tal como constava da nota 8.2.28 deste Anexo), que importa considerar para efeitos da análise comparativa.

De igual forma, tal como referido na nota 8.2.3.6 do Relatório e Contas de 2014, foram efetuadas correções relevantes aos subsídios ao investimento, nos exercícios de 2013 e 2014, com influência na análise comparativa.





### **8.2.3 - Critérios Valorimétricos**

O Município aplica todos os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Desta forma, para:

- **8.2.3.1 - Amortizações**

A partir do exercício de 2015, o cálculo das amortizações passa a ser efetuado numa base duodecimal.

No seguimento, detetaram-se anomalias no cálculo efetuado em anos anteriores em alguns bens imóveis, cujo valor de amortização calculado não acompanhou o aumento verificado no valor do bem com as alterações patrimoniais inseridas.

Assim, foi efetuada uma correção na conta 48 – Amortizações Acumuladas relativa a exercícios anteriores, no valor de 670.723,12€.

- **8.2.3.2 - Imobilizado**

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.



- **8.2.3.3 - Investimentos Financeiros**

Investimentos Financeiros constituídos por partes de capital:

- Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial no caso das participações na:  
*VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.;*  
*Municípiã – Empresa de Cartografia e Sistemas Informação, S.A.;*  
*ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.;*

De igual modo, dada a sua relevância, foi aplicado o MEP à *AMTSM - Associação de Municípios Terras de Santa Maria*.

- Avaliação ao custo histórico no caso das participações na:  
*Lusitaniagas – Companhia de Gás do Centro, S.A.;*  
*Primus – Promoção, Desenvolvimento, Regional, EMT, S.A.*

- **8.2.3.4 - Existências**

As existências foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

- **8.2.3.5 - Dívidas de e a Terceiros**

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais recai a incerteza de cobrança efetiva.

- **8.2.3.6 - Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

- **8.2.3.7 - Impostos e taxas**

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito. Em relação



aos impostos e taxas, dada a existência de um *gap* de um mês entre o mês de referência e o mês de recebimento, é feito um acréscimo de proveitos dos valores recebidos em janeiro referentes a dezembro.

### 8.2.7 - Movimentos do Ativo Imobilizado

O Imobilizado Líquido diminuiu 2,6% (2.066.658,00€) face a 2014, totalizando 77.554.425,00€ no final do exercício de 2015.

#### Principais componentes que contribuíram para a variação do Imobilizado Líquido:

Un.: Euros (€)

	SALDO 2015	VARIAÇÃO ANUAL
(-) Imobilizações em Curso	19 482 €	-266 383 €
(+) Terrenos (Domínio Público)	8 025 207 €	94 379 €
(-) Outras Infraestruturas (DP)	29 314 095 €	-2 102 458 €
(+) Investimentos Financeiros	2 236 675 €	1 174 404 €
(-) Equipamento de Transporte	106 266 €	-77 905 €

#### Obras em curso em 31.12.2014 e concluídas em 2015:

- Recuperação do Edifício de Apoio à Aldeia de Trebilhadouro (126.157,60€);
- Beneficiação da Avenida Vale do Caima, Rotunda do Mercado até à Rotunda de Entre-Pontes (235.916,62€);
- Plataforma de Acesso ao Quartel dos Bombeiros (8.679,93€);
- Construção de muros de suporte à Via Pública – Fase 1 (12.139,33€).

#### Registo dos Bens Imóveis

Conforme referido no Relatório e Contas de 2014, encontra-se a ser desenvolvido um trabalho de levantamento de todos os imóveis do Município sujeitos a registo para regularização destas situações.

Neste âmbito está a decorrer também um levantamento topográfico, georeferenciado, em



todas as freguesias, levado a efeito pelos Serviços de Informação Geográfica, que consiste num trabalho de pesquisa e identificação de todos os imóveis que pertencem ao Município.

Este levantamento permitirá a identificação dos imóveis numa base de dados geográfica, permitirá ainda a atualização da base de dados do **Património Municipal** (Divisão Administrativa e Financeira) e nos respetivos artigos das finanças e conservatória.

Encontra-se concluído o Relatório deste levantamento referente às freguesias de Arões e Cepelos.

Os Edifícios Municipais entretanto registados na Conservatória do Registo Predial de Vale de Cambra são:

- Edifício dos Paços do Concelho;
- Edifício Municipal (Câmara Nova);
- Piscinas Municipais de Vale de Cambra;
- Edifício da Central de Camionagem;
- Capela Mortuária de Vila Chã;
- Balneários do Complexo Desportivo das Dairas;
- Biblioteca Municipal;
- Complexo Escolar de Vila Chã;
- Escola da Praça;
- Escola da Sede;
- Centro Educativo de Arões/ Junqueira;
- Escola do 1º ciclo de Lordelo;
- Jardim de Infância de Cepelos;
- Centro Educativo de Cepelos.

### **8.2.8 - Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado**

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões (anexo 6) e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas,



alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível.

### **8.2.13 - Bens utilizados em regime de Locação Financeira**

- Bem n.º 21608 – Automóvel Ligeiro de Passageiros (27-JT-36), com valor de aquisição de 41.700,00€ e adquirido em 2015 pelo valor residual de 720,59€.

- Bem n.º 22140 – Automóvel Pesado de Mercadorias (46-MH-80), com valor de aquisição de 47.232,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2015 de 9.133,68€.

### **8.2.14 - Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade**

- Bem n.º 25198 – Quadro a óleo (retrato do escritor Ferreira de Castro) – Doação ao Município.

### **8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões**

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são objeto de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público em que é permitida a não amortização nos termos do CIBE.

### **8.2.16 - Investimentos Financeiros**

Nas demonstrações financeiras encontram-se valorizadas pelo MEP as seguintes participações:



Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2014	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2015
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.	0,00	49%	-1 092 363,99	-1 580 959,06	-488 595,07
Municípa – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	25 845,12	0,77%	3 317 510,82	3 352 799,46	35 348,66
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	701 583,60	1,13%	62 567 543,00	61 941 944,00	2 010 199,00
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	774 741,13	20%	4 128 163,44	3 873 705,65	-155 422,17

As participações abaixo apresentadas encontram-se valorizadas ao custo histórico:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20 500 000,00	3 895,00	0,02%
Primus – Promoção, Desenvolvimento Regional EMT, S.A.	163 098,00	100,00	0,06%

### 8.2.22 - Valor Global das Rubricas de Cobrança Duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no Balanço

Encontram-se registadas em valores a receber brutos, de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, 144.630,85€, para os quais estão constituídas provisões no valor de 130.489,29€.

### 8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.



### 8.2.27 - Provisões e Passivos Contingentes

Conta		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	101.295,05€	29.194,24€	0,00€	130.489,29€
2921	Provisões para Processos Judiciais em Curso	730.000,00€	187.000,00€	0,00€	917.000,00€
2928	Outros Riscos e Encargos	533.876,55€	240.793,39€	0,00€	774.669,94€

Em 2015 foram feitas provisões para cobrança duvidosa a Clientes, Contribuintes e Utentes no valor de 29.194,24€.

Após uma análise detalhada dos processos judiciais em curso, por parte dos Serviços Jurídicos do Município, as provisões foram reforçadas em 2015 no valor de 187.000,00€, relacionadas com Processos Judiciais que se encontravam pendentes de resolução a 31 de dezembro de 2015.

Encontram-se em curso processos judiciais relacionados com expropriações os quais podem resultar no futuro em encargos para o Município, em resultado das sentenças finais proferidas pelo Tribunal, nomeadamente os associados ao Parque Urbano.

Em Assembleia Municipal de 26 de julho de 2013 foi proposta e aprovada a extinção da Concessão com a VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A. (VCP), pelo valor de 5,6 milhões de euros. Esta deliberação que carece de visto de Tribunal de Contas não foi executada.

Em 2015, veio a VCP, através de ofício datado de 13 de março, requerer a constituição de tribunal arbitral, “com vista à submissão a tal Tribunal do diferendo relativo à situação de desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão”, podendo daí resultar Passivos que neste momento não conseguimos quantificar.

Este Tribunal foi constituído em 2015, tendo sido efetuadas todas as diligências pelas partes, encontrando-se à data deste Relatório, a aguardar decisão do mesmo.

Em 2014 o Município recebeu um conjunto de faturas alegadamente relacionadas com trabalhos a mais e trabalhos imprevistos de anos anteriores, que foram oportunamente devolvidas aos fornecedores por se considerarem como não devidas. Da resolução



destes diferendos entre o Município e os fornecedores, poderão resultar contingências que não estamos em condições de quantificar.

### **8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constantes do balanço**

Em 2015 verifica-se um aumento na conta 55 – Ajustamentos de partes de capital em Empresas no valor de 450.556,47€.

Esta variação resulta da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à ERSUC, que nas contas de 2015 apresenta uma reexpressão do valor dos Subsídios ao Investimento. Em 2014 esta rubrica encontrava-se no Passivo e agora encontra-se em Capitais Próprios (variação no valor de +471.744,89€).

Deve-se também à aplicação do MEP à Associação de Municípios Terras de Santa Maria (variação no valor de (-)19.807,12€) e VCP (variação de (-)1.380,84€).





Quadro com a evolução dos Capitais Próprios da ERSUC, evidenciando a reexpressão dos valores de 2014, face ao Relatório e Contas de 2014.

	Capitais Próprios conforme Relatório e Contas de 2014	Reexpressão dos Capitais Próprios de 2014	Capitais Próprios em 2015
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	8.500.000,00 €	8.500.000,00 €	8.500.000,00 €
Reserva Legal	943.881,00 €	943.881,00 €	974.131,00 €
Outras reservas	4.116.544,00 €	4.116.544,00 €	4.251.876,00 €
Resultados transitados	4.116.544,00 €	4.116.544,00 €	4.251.876,00 €
Outras variações no capital próprio		44.285.568,00 €	41.953.862,00 €
Resultado líquido do exercício	605.006,00 €	605.006,00 €	2.010.199,00 €
<b>Total do capital próprio</b>	<b>18.281.975,00 €</b>	<b>62.567.543,00 €</b>	<b>61.941.944,00 €</b>

### Movimentações na conta 59 – Resultados Transitados

O aumento verificado em resultados transitados refere-se à aplicação do Resultado Líquido de 2014.

Quadro resumo com os movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL constantes do balanço:

Rubricas	Exercício 2014	Aumentos	Diminuições	Exercício 2015
51. Património	20.788.259,64€	0,00€	0,00€	20.788.259,64€
55. Ajustamento de partes de capital em empresas	949.055,92€	471.744,89€	21.188,42€	1.399.612,39€
Reservas:	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
57.1 Legais	1.490.148,34€	57.675,56€	0,00€	1.547.823,90€
57.5 Subsídios	317.785,24€	0,00€	0,00€	317.785,24€
57.6 Doações	207.485,69€	3.247,70€	0,00€	210.733,39€
59. Resultados Transitados	24.067.826,28€	1.095.835,72€	0,00€	25.163.662,00€
<b>Sub Total – Classe 5</b>	<b>47.820.561,11€</b>	<b>1.628.503,87€</b>	<b>21.188,42€</b>	<b>49.427.876,56€</b>
88. Resultado Líquidos	1.153.511,28€	0,00€	18.947,78€	1.134.563,50€
<b>Total de Fundos Próprios</b>	<b>48.974.072,39€</b>	<b>1.628.503,87€</b>	<b>40.136,20€</b>	<b>50.562.440,06€</b>



Na conta 57.1 - *Reservas Legais* – O aumento no valor de 57.675,56€ refere-se à aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.6 - *Doações* – O aumento de 3.247,70€, refere-se às seguintes doações:

- Doação de terreno para construção de reservatório e cabine de apoio para abastecimento de água a Trebilhadouro por Dr. José Henrique Coimbra Soares (valor patrimonial tributário 997,70€);

- 100,00€ da empresa Vicaima - Indústria de Madeiras e Derivados;
- 50,00€ da empresa Guimauto - M. Ferreira S. Guimarães, Lda.;
- 250,00€ da empresa Worthington Cylinders, Lda.;
- 500,00€ da empresa Arsopi - Indústrias Metalúrgicas A.S.P. S.A.;
- 1.200,00€ da empresa Distrivariante - Distribuição de bebidas e cafés, Lda.;
- 150,00€ da empresa JPM - Automação e Equipamentos Industriais, S.A.

O Fundo Patrimonial apresentava no final do exercício de 2015 o valor de 50.562.440,06€, dos quais 20.788.259,64€ referentes a património, 1.399.612,39€ referentes a ajustamentos de Partes de Capital e o restante a Reservas.

### 8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un.: Euros (€)

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	290 694,23	=	245 122,67	+	302 180,11	+	-1 493,02	-	255 115,53
32.1	6 872,77	=	0,00	+	6 872,77	+	0,00	-	0,00

### 8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo – anexo 7.



### **8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Em anexo – anexo 8.

## **8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução**

### **8.3.1.- Modificações ao Orçamento**

Durante o exercício económico de 2015 foram efetuadas 18 modificações ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em dezasseis alterações e duas revisões.

### **8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal**

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- Treze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Onze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Duas revisões ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).

### **8.3.3 - Contratação Administrativa – Situação dos Contratos**

Ver documento de prestação de contas n.º 17.

### **8.3.4 - Transferências**

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 18, 19, 21 e 22.

### **8.3.6 - Endividamento**

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 26 e 27.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Informações**



## **9 - Informações**

### **9.1 - Redução dos pagamentos em atraso**

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao ano de 2015, nos termos do definido no artigo 98º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2015 – OE/2015), verificou-se o cumprimento das reduções legalmente estipuladas.

Inclusive a redução operada (438.814,53€) significou um resultado que redundou na inexistência de pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2015 .

### **9.2 - Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)**

De acordo com comunicação via email da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direção Geral de Tesouro e Finanças relativamente ao contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), importa informar que nos termos do n.º 1 da Cláusula Sexta do Contrato de Empréstimo celebrado no âmbito do PREDE, que o SPREAD final para efeitos da determinação da taxa de juro a aplicar é de 0,50%.

Até 2018, o Município está obrigado, nos termos do n.º 5 da referida cláusula, a manter o PMP abaixo do maior dos seguintes valores: o PMP registado em 2013 ou 40 dias.

De acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, o PMP de 2015 foi de 22 dias.

### **9.3 - Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM)**

A Lei 53/2014, de 25 de Agosto aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com o n.º 1 do artigo 17.º dessa mesma Lei, o capital social do FAM é de 650 milhões de euros, sendo



representando por unidades de participação a subscrever, entre outros, por todos os Municípios. A realização do capital social por parte dos Municípios teve início em 2015 e o Município de Vale de Cambra efetuou nesse ano o pagamento de duas tranches no valor de 52.179,00€ cada uma, o que totalizou 104.358,00€.

A contribuição para o FAM do Município de Vale de Cambra é, no total, de 730.509,82€, a realizar até 2021.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

1

5

**Anexos**



# **Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade**





## **Anexo 2 – Execução do Programa de Apoio à Economia Local**



## **Anexo 3 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março**



## **Anexo 4 - Organograma**



## **Anexo 5 - Mapa do Ativo Bruto**



## **Anexo 6 - Mapa das Amortizações**



## **Anexo 7 – Demonstração dos Resultados Financeiros**



## **Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Extraordinários**



## **Anexo 9 – Declaração de Responsabilidade**